



**MOVIMENTO
MESSIÂNICO NO
ESPÍRITO SANTO:
O ESTADO DE
UNIÃO DE JEOVAH**

José Emílio Oliveira

Mestre em Ciências das Religiões na Faculdade
Unida de Vitória.

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo identificar dentro do processo de litígio da Zona do Contestado entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, ocorrida na primeira metade do século XX, um movimento camponês com características messiânicas, idealizado pelo baiano Udelino Alves de Matos, que seria um Antônio Conselheiro, por sua religiosidade e misticismo. O movimento encampado por Udelino, posteriormente denominado de Cotaxé, teve por finalidade a criação de uma nova Unidade Federativa na região, baseando-se em ideais cristãos de irmandade, igualdade e distribuição social da terra, a este novo Estado batizaram-no com o nome de União de Jeováh. Um clima de insegurança, desconfiança e incertezas marcaram profundamente a região. As forças do Governo do Estado do Espírito Santo, intimidadas com o avanço da causa jeovense, transformaram-se em pouco tempo em luta armada, ou melhor, em Massacre em Cotaxé.

Palavras-chave: Contestado; Messianismo; Luta Armada.

INTRODUÇÃO

O Estado do Espírito Santo foi palco no início do século XX, de um movimento social, político e religioso praticamente desconhecido da historiografia nacional, denominado de Movimento de Cotaxé, Movimento Jeovense ou simplesmente Cotaxé. Esse movimento de acordo com Vilaça “teve seu propósito e seu ápice na instalação efêmera e precária do Estado União de Jeováh” (VILAÇA, 2007, 07) e nas evidências de Garcia, “um estado camponês no qual fosse praticada a igualdade na questão da propriedade da terra, regido pelas leis de Deus e baseado nas práticas religiosas impostas pela fé” (GARCIA, 2011, 63).

O CONTESTADO

O contexto no qual estava inserido o embrião do movimento idealizava o imaginário popular de que a região era o “paraíso terrestre”, o “Edem”, conforme nos remete Vilaça, na descrição da “prédica” dos idealizadores do movimento:

A construção de um “paraíso terreno”, em que houvesse terra para morar e para trabalhar, em que o pão fosse ganho com o suor do rosto e não conspurcasse a espiritualidade humana com os pecados decorrentes da desigualdade, da injustiça social. até mesmo a religião, que tantas vezes demarca uma aguerrida cartografia da fé entre os homens, inspirava-se na tolerância de um ecumenismo, em altar que acolhia a todos na adoração antiga de um só Deus, uma só irmandade – na grande fraternidade pretendida em União de Jeovah (VILAÇA, 2007, 7).

O “Paraíso terreno” esteve presente no imaginário popular dos primeiros colonizadores a desbravar a porção noroeste do Estado do Espírito Santo, constituída de mata atlântica praticamente intocada nas primeiras décadas do século XX. A região estava dentro dos limites da Zona Contestada¹ entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, “Terra de Ninguém, verdadeira Babel jurisdicional, área requerida por Minas Gerais e Espírito Santo”, conforme relata Dias (1984,12).

De acordo com Pontes:

A Zona do Contestado, que compreende boa parte do vale do rio Doce, foi palco de embates desde o começo de sua colonização. Logo, que os primeiros colonos chegaram à região, então inóspita e selvagem, tiveram que colocar à prova sua força e disposição para a luta. Isto porque as disputas foram travadas em distintos sentidos. Ora contra adversidades inerentes à natureza da região – coberta por densas matas e repleta de animais selvagens e de insetos transmissores de doenças tropicais -, ora contra os infortúnios inerentes às ambições políticas e econômicas do próprio homem (PONTES, 2007, 15).

Deve-se atentar para o fato de que toda a região noroeste do Estado do Espírito Santo, incluindo a Zona do Contestado, encravada entre a Serra do Aimorés e o Vale do Rio Doce, foi colonizada tardiamente, se comparada ao restante da Região Sudeste do Brasil. Apenas nas primeiras décadas do século XX deu-se início ao processo de desbravamento, colonização e ocupação, a partir da construção da ponte sobre o rio Doce, no atual município de Colatina, e com a

¹ Área requerida por Minas Gerais e pelo Espírito Santo desde 1908, quando os dois Estados assinaram um convênio inicial para definição de seus limites.

expulsão dos índios botocudos, “realocados” em regiões de Minas Gerais e Bahia a partir da década de 1940: “quando se verificou o aceleração da ocupação de todo o Norte do Rio Doce. A ponte sobre o rio, em Colatina, concluída no início do século, já havia aberto as portas para a efetiva ocupação” (DIAS, 1984, 12).

O processo de desbravamento, colonização e ocupação das terras pode ser entendido da seguinte forma: abertura de clareiras nas matas e estradas, formação de pequenas colônias que em pouco tempo darão origem a latifúndios, incentivo à indústria madeireira que explorará toda a região contestada reduzindo significativamente a mata atlântica ali existente e a partir daí, têm-se início à introdução da cultura cafeeira que propiciará o desenvolvimento econômico e urbano na região contribuindo para o surgimento de vilas e cidades. Em algumas regiões o desenvolvimento das atividades ligadas à pecuária levou à decadência o processo de consolidação urbana. Conforme nos descreve Dias:

A cultura do café possibilitou a fixação dos colonos e a sustentação econômica do empreendimento agrícola de colonização. O último surto madeireiro, iniciado durante os anos da última Guerra Mundial proporcionou a abertura de estradas para o deslocamento das frentes de colonização. Acabada a madeira em um local, a frente madeireira deslocava-se para outro, mais adiante, deixando um rastro de estradas, casas, povoações. Estas se consolidaram e atingiram o estágio de vilas e cidades, quando o surto seguinte foi o cafeeiro, ou estagnaram, quando a atividade seguinte foi a pecuária. (DIAS, 1984, 12).

A ausência do poder público na região e a chegada de grandes correntes migratórias em uma região onde não havia nenhuma infraestrutura ou condições salutaras para propiciar um desenvolvimento local e organizado, contribuiu para o surgimento de problemas relacionados à grilagem das terras e o aparecimento de grandes latifúndios e seus coronéis, conforme confirmam Neves e Pacheco.

a rede institucional, tanto do Espírito Santo como de Minas Gerais, não acompanharia o incremento das correntes migratórias que se moveriam para o norte/noroeste, registrando no “território novo, em fase de desbravamento, o aparato da Justiça e a força da Lei eram tardos e lentos para valerem com eficiência” (NEVES & PACHECO, 1992, 48).

Vilaça retrata a problemática da ausência estatal na região e paradoxalmente vislumbra o processo de crescimento populacional:

Estimulados pelos respectivos governos estaduais, mineiros e capixabas haviam entupido a região. Com os colonizadores do Espírito Santo movendo-se para noroeste e a frente de colonização mineira para leste, logo, o Contestado apresentaria novo fenômeno: crescimento populacional vertiginoso! De 1940 a 1950 a população da região saltou de 66.994 habitantes para 162.062, enquanto todo o Espírito Santo de então, com área quatro vezes maior do que a do contestado (40.882 km²), cresceu de 750.107 para 870.987 habitantes.

No rastro do turbilhão, o Contestado receberia nova marca: extrema violência. Verdadeira terra sem lei, com muito povoados sob o jugo de dupla jurisdição, mineira e capixaba, e maior quantidade ainda sem jurisdição alguma, a lei do mais forte fez império. Também acorreram ao abrigo do Contestado criminosos de longínquos recantos. Desgarrados, aproveitadores, jagunços, charlatões, mascates, tropeiros, quiosqueiros e levas de sem-terra movia-se na mira das enfurecidas polícias estaduais que tentavam, com pouco sucesso e uso de muita arbitrariedade, fazer prevalecer a ordem, ou o mínimo resquício de civilização. Nem sequer os padres se entendiam, engalfinhando-se na disputa fronteiriça – padres mineiros e capixabas hostilizavam-se publicamente (VILAÇA, 2007).

Em meio a essa enorme transformação social, econômica e populacional e a esse verdadeiro “caldeirão” cultural, que atravessava os limites da Zona do Contestado, encontra-se a figura complexa de Udelino Alves de Matos, um homem que desafiou os grandes latifundiários e o governo estadual de sua época, descrito por Silveira (s.d., 12) como “líder carismático, idealista para uns e extremamente violento para outros” e para Pontes (2007, 138) “suas habilidades e seu prestígio pessoal fizeram com que fosse naturalmente aceito como líder”.

Os pesquisadores descreveram Udelino e o movimento Jeovense como similar ao que ocorreu com Antônio Conselheiro e a revolta de Canudos. De acordo com Silveira:

As enigmáticas figuras de Udelino e de seu movimento possuem similaridades com Antônio Conselheiro e com Canudos, pois ambos os personagens são de origem humilde, extremamente religiosos, dotados de hábil oratória e liderança e a convicção coletivista (SILVEIRA, s.d., 12).

Vejamos o relato de Pontes:

Tal qual Antonio Conselheiro, Udelino portava-se como pessoa humilde e extremamente religiosa, além de ser dotado de grande habilidade oratória e capacidade de liderança. Entrelaçando valores cívicos e ensinamentos cristãos, externava seu ideal de distribuição de terras a todos aqueles que precisassem delas para o sustento da família. Estimulando assim, ele próprio, em inúmeras viagens à Bahia, a vinda de migrantes para a região, postura que não tardou a despertar preocupações aos grandes 'proprietários de terras da região, e no próprio governo, apreensivo com o avanço dos ideais comunistas em movimentos campestres, temendo uma nova Canudos em terras capixabas (PONTES, 2007, 138).

Udelino Alves de Matos chegou ao povoado de Cotaxé em Ecoporanga, em 1940, com um discurso sedutor para a época. Pregava que o Estado do Espírito Santo era provido de terras virgens em grande abundância, não necessitando, portanto, de lutas armadas e disputas por terras contra fazendeiros, madeireiros e grileiros:

As ações de Udelino, e o incessante aumento da procura por terras devolutas, o fizeram famoso na região. Junto com a fama veio o respeito e a credibilidade. Entusiasmado, Udelino não tardou em desenvolver a ideia de fundar um povoado. Em janeiro de 1953 arregimentou grande número de pretendentes e começou a construção do que já chamavam Patrimônio de Jeová. [...] E Udelino não apenas distribuía as terras aos interessados, mas também incutia neles a ideia de que seu ato era legal e que todos os colonos teriam documentos das terras recebidas (PONTES, 2007, 139).

Para corrigir as distorções que ocorriam por toda a Zona Contestada, Udelino não tardou em "organizar os lavradores em um

movimento que misturou a questão fundiária com a pregação religiosa” (SCHAYDER, 2002, 111). Esse movimento deu origem à criação de um Estado emancipado do Espírito Santo e de Minas Gerais, um estado neutro, com características messiânicas e símbolos, ritos e mitos próprios:

Udelino procurou o deputado federal Wilson Cunha, solicitando-lhe que facilitasse seu encontro com o Presidente da República. Udelino queria uma oportunidade para estar com Getúlio para expor suas ideias, e em face das truculências policiais contra os posseiros no noroeste capixaba poderia levar em mãos um memorial do povo da região, assinado por 866 pioneiros da Zona do Contestado rogando ao Presidente da República medidas que fizessem cessar as arbitrariedades que vinham sendo praticadas sob o argumento do Governo Estadual de conter invasões de terra.

E prossegue:

Sem esperar a resposta do abaixo-assinado, os Jeovenses, cerca de 850 posseiros, começaram a organizar o “novo Estado”. Uma bandeira foi confeccionada: era verde com uma faixa branca diagonal. Um hino foi composto, exaltando a construção de “um mundo novo, de paz, amor, liberdade, onde viva feliz o povo, igual na felicidade, tendo oficinas e escolas, onde ninguém peça esmolas, nem sofra necessidades”. [...] O distrito de Cotaxé foi escolhido para ser a capital provisória do virtual Estado. Lá, protegida por trincheiras, foi erguida a Casa de Tábuas como sede do governo. Deste “rancho”, verdadeiro quartel-general, Udelino começou a despachar. Por meio de bilhetes, fazendeiros foram ameaçados de morte e intimados a abandonarem o território de União de Jeová (PONTES, 2007, 140).

Em seus pronunciamentos, Udelino instigava os lavradores a ocuparem as fazendas. As deliberações eram escritas e publicadas, por meio de “editais” fixados nas porteiras. Temendo ser assassinado, Udelino mantinha uma guarda pessoal formada por 20 homens armados. O discurso igualitário e messiânico de Udelino estava transformando a região do Contestado em uma Nova Canudos. A exemplo do arraial de Belo Monte de Antônio Conselheiro, erguido no sertão baiano entre 1893 e 1897, as inquietações camponesas, no sertão noroeste capixaba, despertaram o ódio dos fazendeiros e chamaram a atenção das autoridades.

Em 1953, o então governador Jones dos Santos Neves, como reação aos infindáveis conflitos fundiários em Ecoporanga, mobilizou as tropas da Polícia Militar e despachou-as para a região. O “exército” jeovense, composto de lavradores munidos de armas pessoais (facões, foices, enxadas, revólveres e garruchas de baixo poder de fogo) foi acuado por uma ação conjunta das forças policiais de Minas Gerais e Espírito Santo, anulando violentamente o movimento.

CONCLUSÃO

Após o “Massacre em Ecoporanga”, a batalha dos jeovenses estava perdida: o “Estado União de Jeová” foi destruído antes mesmo de entrar no mapa. Udelino passou a viver foragido da polícia e não se tem notícias sobre seu paradeiro. A guerra pela terra, todavia, continuou na Zona do Contestado. A questão agrária, afinal de contas, não estava resolvida.

REFERÊNCIAS

- DIAS, Luzimar Nogueira. *Massacre em Ecoporanga: lutas camponesas no Espírito Santo*. Vitória: Editora dos Jornalistas do Espírito Santo, 1984.
- GARCIA, Elio Ramires. *Movimentos Camponeses no Estado do Espírito Santo – Do “Estado União de Jeovah à União dos Posseiros de Cotaxé”*: Transição de movimento messiânico e espontâneo a movimento político, consciente, organizado e articulado. Monografia Pós-graduação em História do Brasil. Colatina-ES: Faculdade Castelo Branco, 2011.
- NEVES, Luiz Guilherme Santos; PACHECO, Renato José Costa. *Ecoporanga: da concepção à vida adulta: resgate da memória de um povo*. Vitória: Brasília Ed., 1992.
- PONTES, Wallace Tarcísio. *Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do Contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais*.

- Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.
- SCHAYDER, José Pontes. *História do Espírito Santo: uma abordagem didática e atualizada*. Campinas, SP: Companhia da Escola, 2002.
- SILVEIRA, Maria C. Barros da. *O contestado espiritoossantense (1889-1963): o processo de consolidação dos limites territoriais do Estado do Espírito Santo*. Sem data (s.d).
- VILAÇA, Adilson. *Cotaxé, a reinvenção de Canudos*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2007.
- VILAÇA, Adilson. Aventura no Contestado. Os últimos forasteiros. Uma colonização que começou pela porta dos fundos. In: *Século*, 22, dez. 2001.
- VILAÇA, Adilson. Cotaxé: romance do efêmero Estado "União de Jeovah". 2. ed. Vitória: Textus, 1999.
- VILAÇA, Adilson. "As CPIs do esquecimento". *Revista Século*, Vitória (ES), n. 25, 2002.
- VILAÇA, Adilson. "Faroeste capixaba: rápido no gatilho, certo na pontaria, destemido na defesa da lei". *Revista Século*, Vitória (ES), n. 21, 2001.

José Emílio Oliveira

Mestre em Ciências das Religiões (UNIDA),
Pós-graduado em Gestão Educacional (UCB),
Licenciado em História (FAFIC)

COMO CITAR ESTE ARTIGO

OLIVEIRA, José Emílio. "Movimento messiânico no Espírito Santo: o Estado de União de Jeovah". *Unitas – Revista Eletrônica de Ciências das Religiões* [online]. Vitória-ES, vol. 2, jul.-dez., 2014, p. 3-10. Disponível na Internet:
< <http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/unitas>>.